



JUDICIÁRIO

Fuga frustrada do golpista da PRF

Ex-diretor da corporação, Silvinei Vasques tem a prisão preventiva decretada após tentar escapar da Justiça. O bolsonarista condenado pelo STF foi detido no Paraguai antes de embarcar num voo para El Salvador com passaporte de outra pessoa

» WAL LIMA
» FERNANDA STRICKLAND

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), decretou a prisão preventiva do ex-diretor-geral da Polícia Rodoviária Federal (PRF) Silvinei Vasques, condenado na trama golpista e detido pela polícia paraguaia quando tentava embarcar para El Salvador com documentação falsa. Ele foi entregue à Polícia Federal, ontem à noite, na Ponte da Amizade, em Foz do Iguaçu (PR).

A PF informou ao STF que Vasques rompeu a tornozeleira eletrônica e escapou para Assunção em um carro alugado em Santa Catarina, onde vivia. Relatórios encaminhados à Corte revelam que a fuga ocorreu no dia 25. Ele carregou o veículo com pertences pessoais, além do cachorro e itens específicos para transporte do animal, "incluindo ração e muitos sacos de tapete higiênico para cães". Na avaliação de investigadores, o volume de material sugere planejamento prévio e intenção de não retorno imediato.

Imagens analisadas pela PF mostram que Vasques esteve no condomínio em São José (SC) até as 19h22 da última quarta-feira, véspera de Natal. Às 19h06, câmeras registraram o momento em que ele coloca bolsas no porta-malas do automóvel. Minutos depois, às 19h14, o ex-PRF aparece novamente carregando o banco traseiro com outros itens, entre os quais ração e pacotes de tapetes higiênicos. Às 19h22, ele deixou o local conduzindo um cachorro, aparentando ser da raça pitbull, além de potes de alimentos. Após esse horário, não houve mais registros da entrada ou saída dele do edifício.

Na madrugada do dia 25, por volta de 3h, o equipamento de monitoramento eletrônico usado por Vasques deixou de emitir sinal de GPS e, às 13h, também perdeu comunicação GPRS, o que a PF atribuiu ao esgotamento de bateria. Quando agentes federais foram ao apartamento, não o encontraram e não foi possível confirmar sequer se a tornozeleira permanecia no imóvel. Alertas foram, então, disparados nas fronteiras.

A corporação informou, ainda, que ele cruzou a fronteira e ingressou no Paraguai, onde teria tentado embarcar rumo a El Salvador utilizando passaporte paraguaio com identidade falsa. As autoridades brasileiras acompanham o

PRF/Divulgação



Vasques detido por autoridades paraguaias: ele alegou não conseguir falar nem ouvir por causa de um câncer

caso em cooperação com o Ministério Público paraguaio.

Na decisão, Moraes afirmou que o comportamento do ex-diretor configura fuga deliberada e afronta direta às condições impostas quando Vasques recebeu liberdade provisória. O ministro citou jurisprudência do STF que autoriza prisão preventiva quando há tentativa de se esquivar da aplicação da lei penal. Para o magistrado, há risco concreto de evasão e necessidade de garantir a execução da decisão judicial.

A nova medida ocorre poucos dias após a Primeira Turma do Supremo condenar Vasques a 24 anos e seis meses de prisão por integrar o "núcleo da gerência" do golpe, encarregado de monitorar autoridades e impedir o acesso de eleitores às urnas, especialmente no Nordeste, reduto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Alegação de câncer

Ao ser preso pelas autoridades aeroportuárias do Paraguai, Vasques apresentou uma declaração médica em que afirma ser portador de um câncer cerebral agressivo e declara não conseguir falar nem ouvir.

No documento, redigido em espanhol, o ex-diretor da PRF afirma ter diagnóstico de glioblastoma multiforme grau IV, um tipo de câncer localizado no cérebro, de prognóstico considerado grave. Segundo o texto, a doença o impediria de se comunicar verbalmente e de compreender instruções orais, razão pela qual solicita que toda comunicação com autoridades seja feita por escrito.

"Não posso responder perguntas de forma falada. Se necessário, a comunicação pode ser feita por

escrito", escreveu.

O ex-diretor também informava possuir autorização médica para viajar e portar receituário e medicamentos de uso contínuo. Ele relata ter realizado sessões de radioterapia e quimioterapia em dezembro de 2025, em Foz do Iguaçu (PR), tratamento que teria causado lesões na região do crânio como efeito colateral da exposição à radiação.

Ainda de acordo com o documento, Vasques se deslocava para realizar um procedimento de radiocirurgia, descrito como um tratamento "moderno e eficaz" indicado para tentar "prolongar o período de vida". Apesar disso, o texto afirma que ele estaria lúcido em condições clínicas adequadas para realizar a viagem.

"Estou completamente lúcido, consciente e em condições clínicas

PRF/Divulgação



Polícia paraguaia enviou foto do fugitivo para que PF o reconhecesse



Condenado usava um documento paraguaio original quando foi detido

adequadas para realizar a viagem, bem como para atender a qualquer necessidade ou exigência das autoridades competentes, dentro das minhas limitações de comunicação verbal e auditiva", afirma ele no documento.

Na declaração apresentada às autoridades, Vasques informava ainda que viajara de Assunção, no Paraguai, para San Salvador, em El Salvador, em voo operado pela Copa Airlines, com o "objetivo exclusivo de receber tratamento médico". A data de retorno ao Brasil, segundo o texto, ainda não estaria definida.

Escapadas

A tentativa de Vasques de escapar da Justiça se soma a outros episódios envolvendo aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro que

foram sentenciados pela Justiça.

Um deles envolve o deputado cassado Alexandre Ramage, também condenado na trama golpista e que conseguiu fugir para os Estados Unidos após ser condenado a 16 anos de cadeia.

Já Bolsonaro acabou preso preventivamente após violar a tornozeleira eletrônica, e os filhos convocaram uma vigília em frente à casa do ex-presidente.

Já ex-deputada federal Carla Zambelli (PL-SP) fugiu para a Itália na tentativa de escapar da sentença de 10 anos de prisão pela invasão aos sistemas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Ela, no entanto, foi presa no país europeu, em junho, após ter o nome incluído, a pedido do governo brasileiro, na lista de procurados da Interpol. (Com Agência Estado)

Operações ilegais na eleição

Condenado na trama golpista, Silvinei Vasques foi diretor da Polícia Rodoviária Federal (PRF) no governo Bolsonaro e, segundo a Procuradoria-Geral da República (PGR), fazia parte do "núcleo de gerência" do plano de golpe para manter o ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) no poder após a derrota nas eleições de 2022.

Segundo a denúncia, Silvinei Vasques, Marília Alencar e Fernando de Sousa Oliveira usaram a PRF e a estrutura do Ministério da Justiça para beneficiar o Bolsonaro nas eleições de 2022. Eles teriam requisitado relatórios de inteligência para montar operações que dificultassem o voto de eleitores do Nordeste, reduto histórico do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Sob a liderança de Vasques, a

PRF realizou 4.591 fiscalizações em todo o Brasil entre 28 e 30 de outubro. Só no Nordeste, 2.185 ônibus foram fiscalizados em estradas da região — mais que o dobro das ações de mesmo teor registradas no Centro-Oeste (893), quatro vezes mais que o número de blitz realizadas no Sudeste e sete vezes mais do que no Norte do país.

Em seu voto, o ministro do STF Alexandre de Moraes afirmou que, sob o comando de Silvinei Vasques, a PRF "cruzou os braços" diante dos bloqueios em rodovias federais organizados por apoiadores de Bolsonaro após o resultado das eleições. "Total inércia, uma inércia criminosa."

Durante as eleições de 2022, o policial usou a conta para defender o voto em Bolsonaro. A publicação,

em formato de story, mostrava uma foto da bandeira do Brasil com o texto: "Vote 22, Bolsonaro presidente". A postagem foi apagada horas depois. Ele foi condenado em 2024 por usar o cargo para fazer campanha para o ex-presidente nas eleições de 2022 e terá de pagar uma multa de R\$ 546.631,92.

Em janeiro deste ano, assumiu a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Inovação de São José, na região metropolitana de Florianópolis (SC). Na semana passada, pediu demissão após ser condenado pelo STF na trama golpista.

Na PRF, de 1995 a 2022, exerceu funções como a de superintendente em Santa Catarina e no Rio de Janeiro, vindo a se tornar diretor-geral em 2021, na gestão Bolsonaro.

Em dezembro de 2022, foi

exonerado pelo então ministro-chefe da Casa Civil, Ciro Nogueira. Três dias depois, Vasques se aposentou. Ele recebeu salário líquido de R\$ 13,9 mil até outubro deste ano, segundo o Portal da Transparência.

Segundo a PRF, Vasques é graduado em ciências econômicas, direito, administração de empresas e segurança pública. É especializado em gestão organizacional, mestre em administração e doutor em direito. Além disso, é especializado em grandes operações policiais e cursou a Escola da SWAT, nos Estados Unidos.

Vasques também já foi acusado de participar de um esquema de cobrança de propina de empresas de guincho de automóveis que atuavam nas BRs 101 e 280,

Reprodução/UOL



Em 2022, eleitores denunciaram as operações da PRF no Nordeste

em Santa Catarina, no fim dos anos 1990. A denúncia do Ministério Público Federal (MPF) foi baseada em depoimentos e em extratos

bancários obtidos com quebras de sigilo. O caso, entretanto, prescreveu, sem que o mérito tivesse sido apreciado pela Justiça.